

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O
CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Justificativas de alteração do gabarito de questões
(com base nos modelos de provas disponíveis no *site* do Cebraspe)

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	SITUAÇÃO
8	E	-	Deferido com anulação
O fato de o comando ter por base o Código Civil de forma ampla prejudicou o julgamento objetivo da questão.			
13	A	-	Deferido com anulação
Há divergência doutrinária a respeito do assunto tratado no item I.			
14	A	-	Deferido com anulação
O afirmado na questão contraria o disposto no Enunciado 133 do Fórum Permanente de Processualistas Civis.			
35	C	-	Deferido com anulação
Há divergência doutrinária a respeito do assunto tratado na opção apontada preliminarmente como gabarito.			
36	A	-	Deferido com anulação
Além da opção apontada preliminarmente como correta, a opção em que se afirma que “as lesões corporais de qualquer intensidade praticadas contra a mulher em contexto de violência doméstica ou familiar configuram crime a ser processado mediante ação pública incondicionada” também está correta.			
37	C	-	Deferido com anulação
Não há opção correta, pois há divergência doutrinária a respeito do assunto tratado no item III.			
41	B	-	Deferido com anulação
Não há opção correta, pois a redação do item I prejudicou o julgamento objetivo da questão.			
53	A	-	Deferido com anulação
A utilização da expressão “prisão provisória” na opção “a realização de recorrentes ameaças a testemunhas por réu acusado de crime grave é motivo para a decretação de prisão provisória” prejudicou o julgamento objetivo da questão.			
75	D	-	Deferido com anulação
A utilização do termo “necessariamente” na opção apontada preliminarmente como gabarito a torna errada, pois existe a Caixa Econômica Federal, que funciona como banco público e, portanto, não é estruturada como sociedade anônima, embora realize contratos de depósito bancário.			
94	D	-	Deferido com anulação
Além da opção apontada preliminarmente como gabarito, a opção em que consta “a morte de preso no interior de estabelecimento prisional caracteriza conduta omissiva estatal, porém, para o STF, a responsabilização civil do Estado ocorre somente se demonstrada falta do poder público em seu dever de proteção à incolumidade física do preso” também está correta.			